






Boletim Extraordinário 02/2020

Dezembro de 2020



TCERN
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

 www.tce.rn.gov.br  TCE_RN  TCE-RN  tce_rn  tcedorn

Apresentação

Incumbe aos Tribunais de Contas, no exercício do controle externo da Administração Pública, exercer a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nos termos dos art. 70, caput, e 71 da Constituição Federal de 1988. Além disso, um de seus papéis institucionais é o de orientar seus jurisdicionados, refletindo a sua função pedagógica, com a qual contribui para o aprimoramento da gestão pública, emitindo orientações e informações aos órgãos públicos, sem olvidar do inafastável dever de prestar informações à sociedade.

A Organização Mundial de Saúde (OMS), em 11 de março de 2020, declarou pandemia a infecção causada pelo novo coronavírus (COVID-19). No âmbito do Estado do Rio Grande do Norte as medidas de enfrentamento à pandemia foram regulamentadas por meio do Decreto nº. 29.513/2020, sendo postas em prática a partir do mês de março de 2020.

É certo que a pandemia causou um conjunto de eventos, em parte inter-relacionados, aumentando as incertezas e a volatilidade nos mercados; os efeitos do surto de coronavírus, que teve início ainda em dezembro de 2019 na China, foram sentidos no Brasil e no Rio Grande do Norte e se acentuaram principalmente nos meses de abril e maio, à medida em que os protocolos sanitários adotados para conter a disseminação do vírus foram intensificados.

Dentro desse contexto, com o objetivo de destacar os principais resultados da gestão dos recursos públicos e das finanças do estado dentro de um cenário de pandemia, de modo a permitir, por meio de variáveis de controle e de análises sistêmicas sobre os aspectos relevantes, o acompanhamento tempestivo, bem como a tomada de ações preventivas pelos gestores públicos, o TCERN passa a disponibilizar este instrumento informativo de cunho gerencial.

Desenvolvido a partir dos dados disponibilizados pelo Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF), este boletim pretende destacar indicadores e resultados da gestão dos recursos públicos estaduais, constituindo-se, assim, em um instrumento de informação e acompanhamento das finanças públicas, nele compreendido os dados orçamentários e financeiros do Poder Executivo*.

Os principais destinatários das informações apresentadas no boletim são os gestores públicos, imprensa, analistas e cientistas de dados, órgãos públicos, organizações não governamentais (ONGs), acadêmicos, pesquisadores e cidadãos em geral.

Na primeira edição deste Boletim, apresentamos dados da arrecadação até o mês de julho de 2020, com a análise e o comparativo do exercício atual com o mesmo período referente ao ano de 2019. **Nesta segunda edição os dados foram atualizados contemplando os meses de agosto, setembro e outubro de 2020.** Além disso, a fim de contribuir com o debate sobre a arrecadação no exercício atual, foi realizada uma projeção de possíveis cenários para a evolução das receitas até o fim do ano, tendo em vista os efeitos ocasionados pela pandemia do novo coronavírus sobre as finanças do estado.

Nesta 2ª Edição

- Receitas e Arrecadação..... 3
- Contexto Econômico Nacional..... 6
- Contexto Econômico Local..... 7
- Cenários Projetados..... 9
- Premissa utilizadas..... 11

Receita e Arrecadação

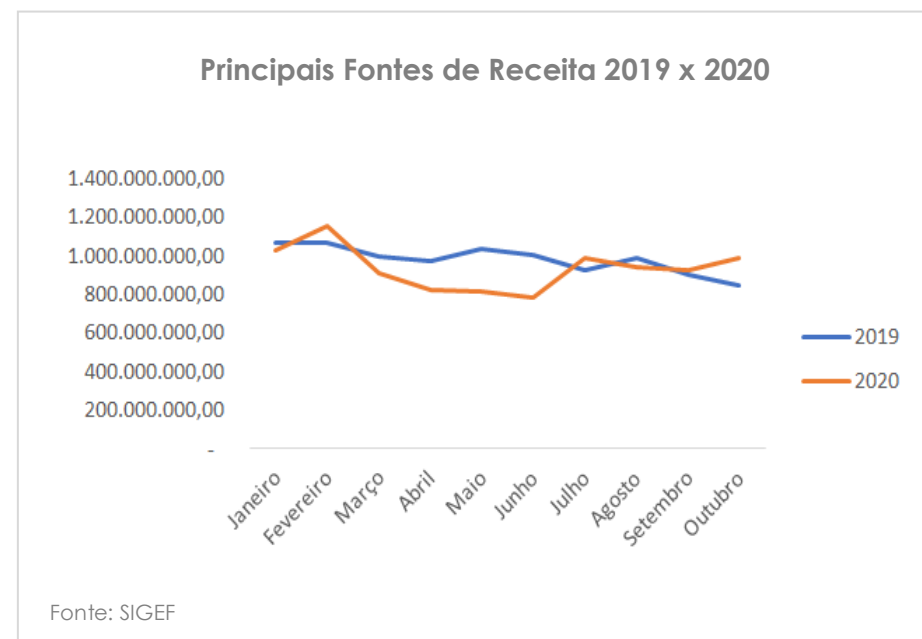
A pandemia de COVID-19 trouxe resultados negativos para a economia potiguar, brasileira e mundial, havendo queda em todos os setores de atividades econômicas. A queda da produção industrial ficou muito mais concentrada em bens de capital e bens duráveis, sendo que esses últimos claramente responderam à forte redução de demanda por esses produtos, refletindo-se também nos dados do varejo.

Embora a arrecadação do estado já apresentasse sinais de desaceleração no mês de janeiro, com uma receita arrecada inferior ao mesmo período de 2019, essa retração se refletiu com ainda mais intensidade no resultado das principais fontes de receita do estado a partir do mês de março, levando o RN a uma perda de aproximadamente R\$ 457 milhões de reais no período:

Quadro: Comparativo da arrecadação das principais fontes de receita - 2019 x 2020 (janeiro a outubro).

Receita	2019	2020	Diferença
IRRF	448.370.972,32	433.612.597,04	-14.758.375,28
IPVA	361.173.325,84	345.088.797,80	-16.084.528,04
ITCD	13.960.440,60	12.197.502,88	-1.762.937,72
ICMS	4.556.489.406,57	4.463.639.825,88	-92.849.580,69
FECOP	125.561.360,83	118.588.463,84	-6.972.896,99
FPE*	3.297.484.106,32	3.073.448.503,59	224.035.602,73
FUNDEB*	740.665.542,10	685.954.937,06	-54.710.605,04
SIMPLES*	130.956.454,84	126.199.076,51	-4.757.378,33
ROYALTIES*	148.811.788,72	106.996.020,39	-41.815.768,33
TOTAL	9.823.473.398,14	9.365.725.724,99	-457.747.673,15

Gráfico: Comportamento da arrecadação das principais fontes de receita - 2019 x 2020 (janeiro a outubro).



* Valores extraídos do Demonstrativo de Distribuição da Arrecadação do Banco do Brasil

- Apesar da forte queda nos valores demonstrados, quando comparados ao exercício anterior, o Governo Federal efetuou repasses de caráter extraordinário com o propósito de mitigar os efeitos causados pela crise gerada pelo novo Coronavírus, compensando totalmente a perda apontada:

Quadro: Apoio financeiro aos Estados no período da pandemia (acumulado até outubro de 2020).

Receita/Mês	Total
Outras Transf. da União - MP 938/2020 - FPE	308.650.100,91
Outras Transf. da União - LC 173/2020 - Art. 5º, I - Saúde	145.206.829,03
Outras Transf. da União - LC 173/2020 - Art. 5º, II - ICMS	442.255.990,96
Total	896.112.920,90

Fonte: Sigef

- Outros fatores que contribuíram para mitigar os efeitos da crise foram as transferências destinadas à Saúde. Confrontando os valores transferidos até outubro de 2020 com o mesmo período do exercício 2019, verifica-se um incremento na ordem de **66%**:

Quadro: Transferências destinadas à saúde - janeiro a outubro (2019 x 2020).

Transferência/Mês	2019	2020	Dif. Absoluta
Transferência SUS - Atenção Básica	60.168,00	-	- 60.168,00
Transferência SUS - Alta e Média complexidade	231.282.348,77	250.400.630,44	19.118.281,67
Transferência SUS - Vigilância em Saúde	8.741.753,88	7.585.229,11	-1.156.524,77
Transferência SUS - Assistência Farmacêutica	2.057.907,11	2.935.673,21	877.766,10
Transferência SUS - Gestão do SUS	110.000,00	110.000,00	0,00
Transferência de recursos do Sistema Único	0,00	140.112.849,60	140.112.849,60
Total	242.252.177,76	401.144.382,36	158.892.204,60

Neste cenário, embora tenha ocorrido uma retração de receitas próprias no início do ano de 2020, os dados demonstram que o Governo do RN obteve um aumento de receitas, quando comparado ao período de janeiro a outubro de 2019, em razão das transferências realizadas pelo Governo Federal. Houve, portanto, um incremento de cerca de 5,73% nas receitas estaduais.

Gráfico: Transf. Saúde - janeiro a outubro (2019 x 2020)

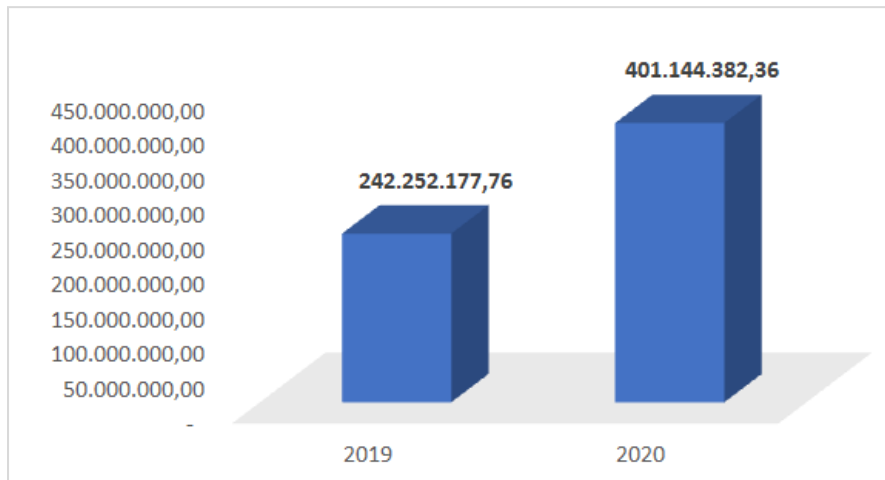
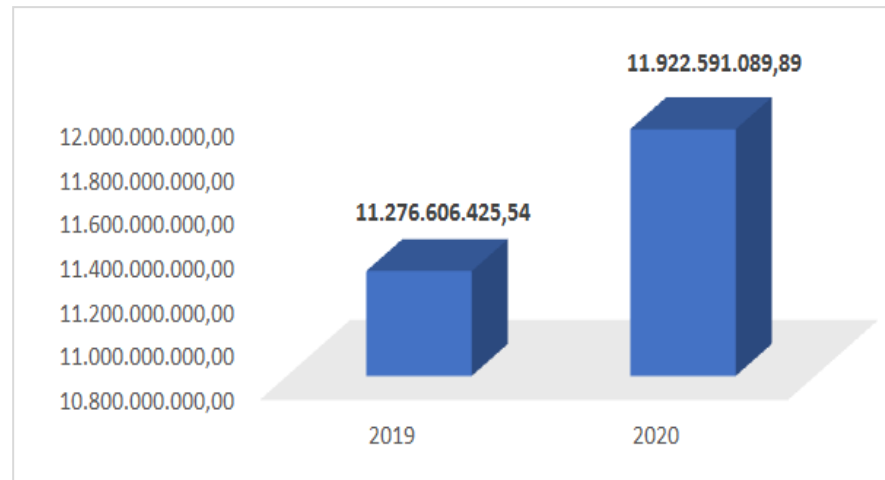


Gráfico: Receitas totais - janeiro a outubro (2019 x 2020)



Destarte, as transferências extraordinárias ofertadas pelo Governo Federal, tanto a recomposição do FPE como o auxílio financeiro aos estados, foram primordiais para que o estado do Rio Grande do Norte mantivesse o equilíbrio das suas contas até então. Portanto, tendo em vista que o auxílio financeiro durou até o mês de setembro, é fundamental que o poder público cerque-se de informações sobre a perspectiva da arrecadação para as finanças do estado, de modo a gerenciar e providenciar meios para que os serviços públicos, principalmente os serviços de saúde, não sofram descontinuidade em razão da escassez de recursos, tanto no exercício atual como no próximo.

Contexto Nacional

As mais variadas instituições, nacionais e internacionais, vêm divulgando informações, previsões e cenários vislumbrando apresentar uma perspectiva aproximada do impacto da pandemia na economia mundial e nacional. É indiscutível que não há, até o momento, um indicador preciso de quando a pandemia terminará, isso leva as instituições, economistas, órgãos públicos, a trabalharem com uma previsão repleta de incertezas quanto ao futuro da economia.

O Boletim Focus (Banco Central), do dia 20.11.2020, aponta para uma queda do PIB brasileiro de 4,55% ante a queda de 4,81% registrada no Boletim extraordinário de quatro semanas atrás, e a queda de 6,48% prevista no boletim de junho. Essa mudança reflete a melhora expressiva na expectativa do mercado sobre os efeitos da pandemia da Covid-19 na economia e no desempenho da atividade econômica.

Seguindo essa tendência, o Ministério da Economia projeta uma contração de 4,7% para o Produto Interno Bruto no ano de 2020 considerando os impactos da pandemia do coronavírus¹.

Diante das previsões das mais importantes instituições para o PIB brasileiro, fica claro que o cenário desenhado nos primeiros meses da pandemia para o desempenho da economia nacional, cuja expectativa era de uma retração de mais de 7% para o PIB, foi aos poucos sendo revista, uma vez que a partir do segundo semestre de 2020 o país passou a demonstrar uma recuperação acima do esperado. Entretanto, tendo em vista que a pandemia não acabou, é fundamental que os gestores públicos se cerquem de informações que os levem a ter, minimamente, uma visão do que pode acontecer no futuro próximo.

¹https://www.gov.br/fazenda/pt-br/centrais-de-conteudos/publicacoes/relatorios-do-prisma_fiscal/relatoriomensal/2020/relatorio_mensal_outubro_2020.pdf/view

Contexto Local²

A Secretaria de Tributação do Estado do Rio Grande do Norte (SET-RN), desde o início da pandemia, vem realizando a divulgação de informações relativas à movimentação econômica e a arrecadação de impostos estaduais. No Boletim da Receita Estadual são apresentadas informações sobre o volume de operações sujeitas ao ICMS realizado pelos contribuintes potiguares, tendo como base os documentos fiscais eletrônicos que integram a base de dados da SET-RN.

Segundo o Boletim de Atividade Econômica da SET-RN, após um período intenso de queda no volume de transações, o mês de maio se apresenta com um aumento discreto em relação ao mês de abril, principalmente por ser o mês em que é celebrado o “Dia das Mães”; o mês de junho segue com essa tendência de alta, mas é com o início da reabertura gradual da economia, iniciada no mês de julho, que o volume de operações alcança idêntico resultado ao do ano anterior, consolidando-se nos meses de agosto e setembro, quando ultrapassa o movimento econômico de período equivalente de 2019. No mês de outubro o volume de operações diárias alcançou os 340,5 milhões de reais, número que é 3,12% superior ao do mês setembro, sendo o mês de outubro o melhor resultado do ano de 2020.

O Setor Atacadista no mês de outubro alcançou um resultado idêntico ao do mês anterior, com uma média de operações na ordem de 54,7 milhões de reais. Com isso os meses de setembro e outubro se tornaram os dois melhores meses para esse setor no ano. O resultado é tão expressivo que em uma comparação com o ano de 2019 o resultado de outubro/2020 é 26,18% superior, com valores já corrigidos pelo IPCA.

Em relação ao comportamento do Setor de Varejo, nos meses compreendidos entre março e junho ocorreu uma retração, com movimento econômico inferior ao do mesmo período do ano de 2019. A partir de julho o Varejo apresentou sinais de retomada com movimento superior ao de 2019, e em outubro o segmento alcançou média de 93,17 milhões de reais em operações diárias, valor 3,67% maior que o mês de setembro/2020 e 13,51% maior que o mesmo período do ano anterior (setembro/2019, com valores corrigidos pelo IPCA).

O Setor de combustíveis teve retração nos meses compreendidos entre março a setembro, com resultados inferiores ao do mesmo período do ano de 2019. Somente no mês de outubro/2020 que obteve um resultado melhor que o do ano anterior. A movimentação diária em outubro foi na ordem de 51 milhões de reais. Um outro fator que impactou nesse resultado foi a redução do preço médio dos combustíveis em relação a 2019.

Em linhas gerais, a Indústria de Transformação, apresentou uma forte retração antes mesmo do início das medidas para contenção da disseminação do vírus serem adotadas, com uma queda já no mês de fevereiro. A recuperação do setor pode ser observada a partir do mês de junho, que embora inferior ao mesmo período no ano anterior, obteve um crescimento em relação ao mês maio. Quando se trata do mês de julho, percebe-se uma melhora importante, com resultados superiores em quase 9% (nove por cento) em relação ao do mês de julho de 2019 (com valores corrigidos pelo IPCA). Já em outubro o resultado foi idêntico ao do mês imediatamente anterior e um pouco abaixo do resultado do mesmo período de 2019, demonstrando uma certa oscilação no setor.

Por último, o resultado da Indústria Extrativista registrou movimento econômico diário na ordem de 8,8 milhões de reais no último mês de análise (outubro), resultado 30,8% superior ao do mês de outubro de 2019. Este Setor recuperou as perdas iniciais e opera há 4 meses consecutivos com resultados superiores ao registrado em mesmo período do ano anterior (com valores atualizados pelo IPCA).

² Informações divulgadas pela Secretaria de Tributação do Estado do Rio Grande do Norte, por meio do Boletim da Receita Estadual – Edição nº 13 - Outubro < http://www.set.rn.gov.br/content/Producao/aplicacao/set_v2/principal/arquivos/boletins-covid-19/boletim-atividade-economica-13.pdf >

Cenários Projetados

A reabertura gradual da economia no RN teve início no mês de julho, e os resultados alcançados no período de agosto a outubro apontam para uma recuperação que se estenderá até o mês de dezembro. Embora em menor escala, ainda há um grau de incerteza quanto à evolução da pandemia, tendo em vista o que ocorre hoje nos países da Europa e nos Estados Unidos, que já vivenciam o que se pode considerar uma segunda onda de Covid-19. Diante disso, é razoável que sejam construídos cenários voltados para as contas públicas, buscando oferecer uma análise coerente e crível que possa apoiar as tomadas de decisões dos gestores públicos.

A seguir apresentamos três cenários que exploram as possibilidades de evolução da pandemia e seus reflexos nas finanças estaduais em 2020, levando em conta o comportamento da arrecadação após a reabertura gradual da economia no nosso estado, a perspectiva para economia brasileira e os dados de arrecadação informados pela Secretaria de Tributação no mês de outubro:

Quadro: Projeção dos cenários - comportamento das receitas

Item	Cenário A			Cenário B			Cenário C		
	Valor	Variação (\$)	Var %	Valor	Variação (\$)	Var %	Valor	Variação (\$)	Var %
Receitas Totais	14.857.652.125,07	543.516.955,97	3,80%	14.524.977.358,70	210.842.189,60	1,47%	14.139.581.071,19	-174.554.097,91	-1,22%
(1) Rec. Corrente	14.456.266.678,06	553.832.455,36	3,98%	14.123.591.911,69	221.157.688,99	1,59%	13.738.195.624,18	-164.238.598,52	-1,18%
(2) Rec. de Capital	401.385.447,01	-10.315.499,39	-2,51%	401.385.447,01	-10.315.499,39	-2,51%	401.385.447,01	-10.315.499,39	-2,51%

* Na receita corrente constam os valores referentes à compensação do FPE, estendida até o mês de novembro/2020, além dos recursos transferidos a partir da sanção da Lei Complementar nº. 173/2020.

Parâmetros - Receitas realizadas em 2019:

(1) Rec. Corrente.....	13.902.434.222,70
(2) Rec. de Capital.....	411.700.946,40
Total.....	14.314.135.169,10

Cenário (A)

Neste primeiro cenário projetado, definido como **OTIMISTA**, a receita nos meses de novembro e de dezembro seguem a tendência de crescimento pós abertura da economia, especialmente no patamar dos resultados de agosto a outubro, representando uma aumento na receita arrecadada de 3,80%, ou cerca de R\$ 543 milhões de reais em relação a 2019.

Cenário (B)

No segundo cenário, classificado como **MODERADO**, a arrecadação da receita nos meses de novembro e dezembro se mantem no patamar do exercício de 2019, levando o RN a acréscimo de suas receitas em 1,47%, ou aproximadamente R\$ 210 milhões de reais.

Cenário (C)

Finalmente, no Cenário (C), **PESSIMISTA**, considerando um contexto de aumento da disseminação do coronavírus³ e o fim do auxílio emergencial, novas medidas restritivas, mais brandas que as do primeiro semestre, são implementadas em meados do mês de dezembro, a receita volta ao patamar dos meses de junho e julho, cujas restrições à circulação eram mais brandas, mas significativas, de modo que a queda na receita em relação a 2019 chegaria próxima aos R\$ 176 milhões de reais, com um recuo de 1,22%.



Pelo contexto econômico observado, considerando-se a arrecadação até o mês de outubro, **as receitas do estado apresentaram uma tendência a situar-se entre os cenários otimista (A) e moderado (B).**

Entretanto, é importante ressaltar que na projeção das receitas estão incluídas as transferências de recursos extraordinários realizados e a serem realizadas pela União, destinados ao reforço de caixa no período de pandemia e, portanto, valores esses que não serão repassados no próximo exercício, cujo montante chegou a aproximadamente R\$ 897 milhões de reais, até o mês de outubro/2020.

³ Segundo informações veiculadas na imprensa, a Europa passou a adotar novas medidas restritivas, em razão de uma segunda onda que chegou ao continente. Acesso em 20.11.2020: <<https://saude.abril.com.br/medicina/segunda-onda-de-covid-19-na-europa-devemos-nos-preocupar>>

Premissas

Cenário (A) Otimista:

- Receita realizada até o mês de outubro de 2020.
- Receita projetada nos meses de novembro e dezembro de 2020 seguindo a tendência percebida nos meses de setembro e outubro.
- Para fins de projeção das receitas no ano de 2020 foram excluídas as receitas extraordinárias recebidas no exercício de 2019 decorrentes da cessão onerosa do pré-sal e cessão do direito de operacionalização da folha de pagamento dos servidores, que totalizaram cerca de R\$ 408 milhões de reais.
- Auxílio financeiro aos estados (Lei Complementar Federal 173/2020) em quatro parcelas, no período de junho a setembro de 2020.
- Recomposição integral do FPE pelo Governo Federal até o mês de novembro de 2020.
- Para a receita de capital, em razão da sua imprevisibilidade, foi considerada a média arrecadada até o mês de outubro de 2020 na projeção dos últimos dois meses do ano.
- Não foram inseridas receitas intraorçamentárias.

Cenário (B) Moderado:

- Receita realizada até o mês de outubro de 2020.
- Receita projetada nos meses de novembro e dezembro de 2020 seguindo a tendência percebida nos meses de novembro e dezembro de 2019.
- Para fins de projeção das receitas no ano de 2020 foram excluídas as receitas extraordinárias recebidas no exercício de 2019 decorrentes da cessão onerosa do pré-sal e cessão do direito de operacionalização da folha de pagamento dos servidores, que totalizaram cerca de R\$ 408 milhões de reais.
- Auxílio financeiro aos estados (Lei Complementar Federal 173/2020) em quatro parcelas, no período de junho a setembro de 2020.
- Recomposição integral do FPE pelo Governo Federal até o mês de novembro de 2020.
- Para a receita de capital, em razão da sua imprevisibilidade, foi considerada a média arrecadada até o mês de outubro de 2020 na projeção dos últimos dois meses do ano.

Cenário (C) Pessimista:

- Receita realizada até o mês de outubro de 2020.
- Receita projetada nos mês de novembro de 2020 seguindo a tendência percebida no mês de outubro.
- Para o mês de dezembro foi considerada uma retração no patamar dos meses de junho e julho, que foi o período em que as atividades sofreram flexibilizações controladas.
- Para fins de projeção das receitas no ano de 2020 foram excluídas as receitas extraordinárias recebidas no exercício de 2019 decorrentes da cessão onerosa do pré-sal e cessão do direito de operacionalização da folha de pagamento dos servidores, que totalizaram cerca de R\$ 408 milhões de reais.
- Auxílio Financeiro aos estados (Lei Complementar Federal 173/2020) em quatro parcelas, no período de junho a setembro de 2020.
- Recomposição integral do FPE pelo Governo Federal até o mês de novembro de 2020.
- Para a receita de capital foi considerada a média arrecadada até o mês de julho de 2020 na projeção dos últimos cinco meses do ano.
- Não foram inseridas receitas intraorçamentárias.

* O estado do RN não adota um sistema único conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal, portanto, os dados dos Poderes Judiciário, Legislativo, a Fundação Djalma Marinho, Ministério Público e Defensoria Pública não estão no SIGEF/RN. Há no âmbito do TCERN representação para que seja realizada a unificação dos dados orçamentários e financeiros e um sistema único gerenciado pelo poder Executivo estadual, conforme **Processo 5770/2019-TC**.



Boletim Extraordinário nº 002/2020

Conselheira Relatora

Maria Adélia Arruda Sales Sousa

Secretária de Controle Externo

Anne Emília Costa Carvalho

Diretor de Administração Direta

Evandro Alexandre Raquel

Coordenador da Fiscalização das Contas de Gestão

Hugo Barreto Veras

Coordenador da Fiscalização Concomitante

Márcio Fernando Vasconcelos Paiva

Plano de Fiscalização Anual 2020/2021 - Decisão Administrativa nº. 005/2020-TC (*alterada pelas Decisões nº. 008/2020-TC e 015/2020-TC*)

Dimensão: Atuação concomitante

Ação: ID48/2020 - Acompanhamento para fins de mensuração e projeção das tendências e riscos fiscais decorrentes da pandemia do COVID-19

Equipe técnica (*constituída por meio da Portaria nº 027/2020 - SECEX/TCE/RN*)

- Edgar Duarte Costa (Coordenador)
- Márcio Fernando Vasconcelos Paiva (Supervisor)